



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 12 DE
DEZEMBRO DE 2019**

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Antes de se dar início ao primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada posse ao elemento do Conselho Restrito de Segurança de Oliveira do Bairro e do Conselho Alargado de Segurança de Oliveira do Bairro do Conselho Municipal de Segurança de Oliveira do Bairro, 1.º Sargento da GNR, Comandante do Posto de Bustos Cunha Dias, que se encontrava presente para o efeito.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, deu nota que o Município tinha feito um levantamento exaustivo de toda a sinalética existente, permitindo que o Município tenha a georreferenciação de toda a sinalética. Acrescentou que todas as informações relativas à sinalização e à regularização de trânsito, serão debatidas primeiramente em Conselho Municipal de Segurança, trazidas posteriormente ao presente órgão e só depois serão deliberadas em Assembleia Municipal.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, reportando-se ao que tinha sido dito na última Assembleia Municipal, no que diz respeito a uma atividade dirigida aos mais jovens, respeitante às Assembleias Municipais, salientando a iniciativa pelo facto de a mesma potenciar a aproximação dos jovens à política, e



Oliveira do Bairro câmara municipal

também a participação dos mesmos na política.

O **Vereador Rui Santos**, questionou qual o ponto de situação relativamente à aquisição dos terrenos na zona industrial de Vila Verde. Deu nota que tinha sido inquirido por um munícipe que o informou que tinha sido contactado pela Câmara Municipal para a venda de um terreno nessa zona, entretanto tinha contactado a Câmara Municipal sobre o assunto e tinha-lhe sido informado que estava com um processo de expropriação, disse que certamente o munícipe não teria a informação completa, solicitando por isso esclarecimentos.

Relativamente às associações do Concelho, disse que era do conhecimento geral que muitas delas tinham dificuldades de ordem diversa e nesse sentido o Município deveria fazer uma reflexão profunda sobre o movimento associativo do Concelho, temendo que muitas delas comecem a cessar atividade. Sugeriu que, com a participação das associações o Regulamento de Apoio às Associações fosse revisto, no sentido de melhorar e simplificar o mesmo.

Referiu que o Município deveria fazer investimento em algumas áreas e colocar ao serviço das associações e da população, equipamentos, infraestruturas que fazem falta.

Afirmou que não era só lançar apoio financeiro que iria resolver os problemas das associações, porque grande parte dos problemas existentes se prendiam com a falta de disponibilidade das pessoas à frente dos corpos dirigentes, com a responsabilidade acrescida que os mesmos têm, a desmotivação de pessoas mais jovens para estarem à frente das associações, problemas que na sua opinião deveriam ser objeto de preocupação e de empenho por parte do Município.

O **Vice-Presidente da Câmara**, reportando-se à questão levantada pelo Vereador Rui Santos, esclareceu que a Câmara continuava a contactar os proprietários, tendo mesmo agendado já uma reunião com os proprietários que ainda não tinham chegado a um acordo e nesse sentido, até à data ainda não avançaram com nenhum processo de expropriação, estando sempre abertos a negociação.

O **Presidente da Câmara**, relativamente à intervenção do Vereador Álvaro Ferreira, disse que efetivamente o envolvimento dos jovens na discussão política era importante. Esclareceu que o Presidente da Mesa da Assembleia o tinha abordado sobre possibilidade de se fazer uma Assembleia Municipal jovem, à qual cedeu de imediato, porque achava relevante que os jovens compreendam a discussão política e que entendam as dificuldades que muitas vezes são sentidas para tomar decisões.

Sobre as dificuldades das associações, disse que o envolvimento dos jovens na política, ajuda os mesmos no envolvimento das associações.

No que diz respeito à revisão do Regulamento de Apoio às Associações, afirmou que de facto havia uma vontade grande para que isso acontecesse já no próximo ano, de forma a poder-se conjugar algumas situações verificadas, nomeadamente na dificuldade em cumprir as normas e também no sentido de poder trazer alguns parâmetros importantes de orientação do tecido associativo.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Afirmou que tinha chegado a altura de preparar as associações, as pessoas para que o tecido associativo seja forte e que façam atividades que justifiquem para a população. Acrescentou que se se chegar à conclusão que duas associações podem ser uma só, então que assim seja no sentido de ser mais forte.....

No que diz respeito ao investimento nos equipamentos, disse que era importante que as associações se envolvessem mais e que tivessem um sentido de responsabilidade sobre aquilo que têm, que o Município mantivesse esses equipamentos, no sentido de o bairrismo existente não se torne numa limitação ao desenvolvimento.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2019.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 10 de outubro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 10 de outubro de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 116 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA - RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS E ENCARREGADO OPERACIONAL NO DOMÍNIO DE ATUAÇÃO DE AÇÃO EDUCATIVA

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, esclareceu que o presente assunto de contratação de assistentes operacionais e encarregado operacional, na área da educação, não tinha o objetivo de colmatar a necessidade de atingir os rácios, porque esses estavam já a ser cumpridos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da Informação/Proposta n.º 116 apresentada pelo Presidente da Câmara, datada de 09 de dezembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. o seguinte:.....

1.º - Autorizar a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, para posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal do Município de Oliveira do Bairro, na carreira/categoria de Assistente Operacional, no domínio de atuação educativa, sendo neste caso, admitidos candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;

2.º - Autorizar a abertura de procedimento concursal comum, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para posto de trabalho previsto e não ocupado no



Oliveira do Bairro câmara municipal

Mapa de Pessoal do Município de Oliveira do Bairro, na carreira de Assistente Operacional e categoria de encarregado Operacional, no domínio de atuação de ação educativa, para candidatos que possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;

3.º - Aceitar a constituição do Júri dos procedimentos concursais, pelos seguintes membros;.....

Presidente: Clélia da Conceição Silva Nogueira, Chefe de Divisão em regime de substituição;.....

Vogais efetivos: Joana Raquel Ferreira Vidal Pires, Técnica Superior e Helder Francisco Melo da Rosa, Assessor da Diretora do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro;

Vogais suplentes: Cláudia Maria dos Santos Rodrigues, Chefe de Serviço em regime de substituição e Fátima Rosário Jacinto Vieira de Carvalho, Técnica Superior;

Nas faltas e impedimentos do Presidente do Júri, o mesmo seja substituído pelo 1.º Vogal efetivo. ...

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – LISTAGEM DOS PRÉDIOS CLASSIFICADOS COMO “DEVOLUTOS” – PARA CONHECIMENTO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse ser um assunto já falado na última Assembleia Municipal, que decorria da lei a atualização e a aplicação do agravamento do IMI.

Informou que em anexo à informação se encontrava a lista de imóveis nessas condições, sendo um processo dinâmico, com alguns casos ainda em análise e nesse sentido seria provável que até ao final do ano, para além dos casos já descritos na listagem, poderiam ser acrescentados mais alguns casos considerados devolutos.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que poderia ser interessante, a análise da sobreposição do mapa dos prédios devolutos, com o mapa dos prédios em ruína, permitindo tirar vários tipos de leituras, como era o caso da tendência de desertificação, que possa acontecer em alguns lugares das Freguesias do Concelho e desse modo tentar precaver para o futuro, a possibilidade de algumas políticas que possam dar a volta a esse tipo de situações.

O **Vereador Rui Santos**, reportando-se ao enquadramento da informação era referido que a situação de desocupação do imóvel, atestada por vistoria que segundo a lei, obriga a vistoria feita por três peritos nomeados pela Câmara Municipal, questionando se efetivamente essa vistoria tinha sido realizada em todas as situações enumeradas no anexo à informação.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse concordar com a intervenção do Vereador Álvaro Ferreira, porque efetivamente se poderia tratar de um indicador podendo posteriormente serem aplicadas algumas políticas de planeamento de território.

Sobre a questão colocada pelo Vereador Rui Santos, afirmou que efetivamente tinham sido realizadas



Oliveira do Bairro câmara municipal

todas as vistorias com os três técnicos, conforme decorria da lei.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que a preocupação do desenvolvimento do PDM ia de encontro ao que tinha sido referido pelo Vereador Álvaro Ferreira e o facto de não permitir o crescimento desmesurado em muitas zonas, era precisamente para motivar que, nas zonas centrais que estão a ficar desertificadas, voltem a ser habitadas e as ARUS eram disso exemplo.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento, do teor da Informação/Proposta apresentada pelo Vice-Presidente da Câmara, datada de 6 de dezembro de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 219|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES – MEDIDA DE APOIO A ATIVIDADES DESPORTIVAS DE FORMAÇÃO – ADIANTAMENTO – OLIVEIRA DO BAIRRO SPORT CLUB.....

Por se declarar impedido, o Vereador Rui Santos, nos termos e ao abrigo do n.º 4 do art.º 24.º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na discussão e votação do presente assunto, declaração de impedimento que foi aceite pelo Presidente da Câmara.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e o Vereador António Mota.

A **Vereadora Susana Martins**, disse que verificava que as associações começavam a ler e a interpretar o Regulamento de Apoio às Associações. Disse tratar-se de um pedido de adiantamento de 50% do apoio a atribuir pela Câmara Municipal às Camadas Jovens do Clube.

O **Vereador António Mota**, disse que o pedido de adiantamento, por parte da associação, lhe trazia preocupação.....

Deu nota que no dia anterior, tinha estado presente numa Assembleia de Freguesia do Concelho de Oliveira do Bairro, onde foi dito pelo Presidente da Junta que era impossível conceder os subsídios às associações, durante o presente ano, perspetivando que no ano de 2020, pudesse dar o subsídio que não pode ter dado no ano de 2019 e isso preocupou-o muito, porque entendia que o tecido associativo merecia mais.

Disse saber-se das dificuldades das associações e que nenhuma do Concelho de Oliveira do Bairro, estava bem e como tinha já sido referido pelo Vereador Rui Santos, havia que pensar e ponderar porque atualmente existiam associações em risco de completa desagregação. Acrescentou que a Câmara Municipal tinha obrigação de ajudar para que tudo se resolva, nomeadamente nos casos em que existem camadas jovens de formação.....

Afirmou que esperava que o pedido de adiantamento de atribuição de apoio, não se venha a tornar uma norma e não comessem a surgir situações análogos no pedido de solicitação de apoios



Oliveira do Bairro câmara municipal

adiantados à Câmara Municipal.

O **Presidente da Câmara**, disse que uma das grandes preocupações que vem sendo demonstrado pelas associações desportivas, era que os apoios atribuídos deveriam ser adaptados à época desportiva, não obstante a possibilidade existente no Regulamento de atribuir um primeiro adiantamento, no que toca à formação, a tentativa era no próximo ano de ajustar o plano de pagamentos à época desportiva.

Acrescentou que depois de se verificar algumas questões legais e até contabilísticas, sobre essa possibilidade, era possível fazê-lo e assim será feito.

A **Vereadora Susana Martins**, disse concordar com o Vereador António Mota, porque efetivamente as associações estavam a passar por fases complicadas, não só financeiras, mas também de recursos humanos tanto para corpos dirigentes, como no número de atletas.

Afirmou que obviamente não ficava satisfeita ao verificar que as associações peçam adiantamento dos apoios, mas ficava satisfeita ao verificar que havia a preocupação de lerem o Regulamento e verificarem que era possível pedirem o adiantamento do apoio e assim colmatarem as suas necessidades sem recorrerem a outros recursos.

O **Vereador António Mota**, afirmou que como ato de gestão Municipal, estas situações não poderiam ser norma, apesar de o Regulamento prever a situação, logo não se pode incentivar as associações a solicitarem os adiantamentos dos apoios, podendo perder-se o controlo da situação

Afirmou ainda, que as associações não podiam garantir que no ano seguinte tinham camadas jovens em número suficiente, para garantirem a cobertura do adiantamento já cedido.....

Reiterou que se deveria rever o Regulamento, perspetivar novas formas de compensação ou de subsídio e não se entrar na norma do adiantamento, porque para si o adiantamento significava desgraça.

Disse que para si, a situação de adiantamento era algo que enganava as associações e deveriam ser tomadas outras iniciativas de apoio às associações e que se ajude de forma mais concreta.....

O **Presidente da Câmara**, afirmou que a intenção era equilibrar à época desportiva e fazer-se um faseamento da entrega financeira, para que aquilo que era corrente, era corrente tinha a sua calendarização definida previamente no início da época desportiva e assim ser possível as associações terem uma calendarização da entrega dos valores, de forma a facilitar a gestão.

Recordou que tem sido feito um trabalho muito grande à volta das associações, algo que era mesmo necessário, verificando agora que havia necessidade de ajustar o que foi posto em prática, esperando que a situação em análise, seja uma exceção, além de a mesma estar prevista no Regulamento.

Afirmou que teriam que ser criadas soluções para que as associações façam o seu caminho, que tenham consciência de quais os valores a que terão direito ao longo da época desportiva.....

A **Vereadora Susana Martins**, disse compreender a razão do pedido de adiantamento pela



Oliveira do Bairro câmara municipal

associação, porque o grosso da despesa era feita no início da época e entre estar a acumular uma despesa durante vários meses, com empréstimos bancários pedidos era preferível solicitar o adiantamento, uma vez que o Regulamento assim o permitia.

O **Vereador António Mota**, esclareceu que não tinha nada contra ao pedido de adiantamento por parte da associação, apenas alertou para que essa questão não caísse em norma.....

O **Presidente da Câmara**, deu nota que era comum fazer-se um almoço com os Presidentes de Câmara da Diocese de Aveiro e nesse almoço um dos assuntos debatidos, tinha sido a problemática das associações que era transversal à Região de Aveiro, existindo primeiramente as preocupações na área social, mas também com as associações culturais e desportivas, que de certa forma todas elas iam passando por algumas dificuldades. Foi debatida a necessidade de se repensar o associativismo.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Conceder um adiantamento no âmbito da Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, para a época desportiva de 2019/2020, no valor de 6.562,00 € (seis mil, quinhentos e sessenta e dois euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 219/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 09 de dezembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Oliveira do Bairro Sport Club;

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Joana Soares como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 220|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES – ESCOLA DA QUINTA NOVA – ORFEÃO DE BUSTOS

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Autorizar a cedência das Instalações da Escola da Quinta Nova, em Bustos, a título gratuito, ao Orfeão de Bustos, pelo prazo de 10 anos, renovável por períodos de 5 anos, nos termos da Informação/Proposta n.º 220 apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente, datada de 9 de dezembro, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

2.º - Aprovar a minuta do respetivo Contrato de Comodato, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Orfeão de Bustos.....

3.º - Designar a Técnica Superior, Eng.ª Catarina Cosme como gestora do contrato, para efeitos do



Oliveira do Bairro câmara municipal

disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 221|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ATMOB – ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores Rui Santos, Álvaro Ferreira e António Mota.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, disse tratar-se de uma atribuição de um subsídio a uma associação sem fins lucrativos, nova no Concelho, contudo era um tipo de associações que têm vindo a ser constituídas em outros municípios. Acrescentou que os trabalhadores do Município de Oliveira do Bairro tinham entendido que esta, seria a altura certa para constituírem a presente associação, sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção de atividades sociais e culturais, recreativas, desportivas, entre outras, dos trabalhadores associados, funcionários da Câmara Municipal.

Afirmou que a atribuição do subsídio proposto, se destinava à organização do jantar de Natal este ano organizado pela associação e não pelo Município.

O **Vereador Rui Santos**, questionou se não deveria ser o Município a organizar o jantar de Natal, enquanto entidade patronal e se havia alguma vantagem que fosse a associação a fazê-lo.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, questionou se já tinha havido a tomada de posse dos órgãos da associação e se tinha sido opcional por parte da Câmara, a associação assumir a organização do jantar de Natal, ou se existia algum impedimento para que a Câmara Municipal não o pudesse fazer. Disse que estando constituída a associação e sendo atribuído o subsídio, especificamente para a organização do jantar de Natal, questionou se as outras associações procederem a um pedido de subsídio para o mesmo fim se a Câmara iria ter a mesma postura, podendo estar a abrir-se um precedente.

O **Vereador António Mota** disse que em primeiro lugar achava descabido a entidade patronal estar a ser substituída por uma comissão de trabalhadores, até porque o Presidente da Câmara costumava ter sempre os seus convidados no jantar de Natal e tinha dúvidas que a nova organização o possa fazer.

Referiu que esperava que este tipo de associações não se crie apenas para se fazer esses eventos, porque entendia que deveria ser a entidade patronal a fazê-lo e que deve convidar quem bem entendesse, porque era uma das competências.

Disse que os funcionários da Câmara Municipal iriam estar muito ocupados durante os próximos dias, para desenvolverem o trabalho associativo e com certeza iriam utilizar muitos meios, recursos e logística da Câmara Municipal para poderem fazer um trabalho de qualidade em relação ao jantar de Natal.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Disse ainda que colocava em questão a legalidade do procedimento, porque uma coisa era a entidade Câmara Municipal, outra coisa diferente era um movimento associativo da própria Câmara que não tinham o poder para resolver algumas questões, nomeadamente na questão de formalização de convites para o jantar de Natal, que o Presidente da Câmara pode fazer.

Afirmou que a associação deveria primeiro demonstrar algumas capacidades noutras iniciativas visíveis e depois então talvez poder pegar na organização de um jantar de Natal com essa dimensão, porque acreditava que iria ocupar tempo significativo de um grupo de funcionários nos próximos tempos, esperando que não deixem os seus locais de trabalho para dinamizarem o evento.

A **Vereadora Lília Ana Águas** esclareceu que a constituição da associação era independente da Câmara Municipal e no caso em concreto a associação, composta por trabalhadores do Município e no âmbito das suas atividades vai promover a organização do jantar de Natal.

Relativamente ao que era a organização, a gestão, as competências e o poderem convidar quem entendessem era da responsabilidade da associação, que tem estatutos para isso mesmo.

Sobre a questão da legalidade, disse que competia à Câmara Municipal saber se estava ou não cumprida a legalidade na atribuição de um subsídio a uma associação e no caso a associação estava legalmente constituída e a atividade que vai realizar estava contemplada nos estatutos da própria associação.

Disse não concordar com o que tinha sido referido pelo Vereador António Mota, quando disse que a associação deveria ter demonstrado primeiro, outras atividades, antes de organizar o jantar de Natal, porque se tratava de uma associação composta por trabalhadores do Município que estavam habituados a desenvolver este tipo de atividades, não havendo por isso nenhuma preocupação de que o jantar de Natal do corrente ano iria ser de menor qualidade comparativamente aos outros anos.

O **Vereador António Mota**, disse que ninguém tinha questionado a capacidade dos trabalhadores na organização do jantar de Natal, porque sabe que têm sido os funcionários a organizarem o evento, que ao longo dos anos têm sido belíssimos e com muita qualidade.

Afirmou que a questão levantada é a estranheza de ser uma associação a organizar o jantar de Natal da Câmara Municipal, quando na sua opinião deveria ser esta a organizar, e a questão da legalidade. Declarou que como a Vereadora Lília Ana Águas não tinha sido convincente nas suas respostas, nem com os argumentos que tinha apresentado, iria-se abster na votação do presente ponto.

O **Vereador Rui Santos** reiterou o que tinha sido dito pelo Vereador António Mota e nesse sentido também se iria abster na votação do presente ponto, porque tem muitas dúvidas na legalidade da atribuição do subsídio para a causa que é.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria com as abstenções dos Vereadores Rui Santos, António Mota e Álvaro Ferreira, nos termos da Informação/Proposta n.º 221|GAP, datada de 9 de dezembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, o



Oliveira do Bairro câmara municipal

seguinte:

- 1.º - Aprovar a atribuição de um apoio financeiro à ATMOB – Associação de Trabalhadores do Município de Oliveira do Bairro, no valor de até 20.500,00 € (vinte mil e quinhentos euros), para que a associação faça face aos custos inerentes à sua constituição, assim como às despesas do jantar de Natal, bem como aos cabazes de Natal;
- 2.º - Que o apoio financeiro seja liquidado em duas prestações: 1.ª prestação de 80% com a outorga do Contrato de Apoio Financeiro e a 2.ª prestação de 20% com a entrega da documentação que comprove as despesas efetuadas;.....
- 3.º - Aprovar a Minuta do respetivo Contrato de Apoio Financeiro, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;
- 4.º - Designar o Técnico Superior Dr. António Sérgio Dias como gestor do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 8 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE – PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores Rui Santos, Álvaro Ferreira e António Mota.

A **Vereadora Lília Ana Águas** disse que se tratava de uma parceria com uma associação que desenvolve um programa da rede solidária de apoio e participação nos medicamentos. Acrescentou que depois de analisar a realidade do Concelho e a forma como se poderia fazer parceria com a associação, depois do estudo feito com o Centro de Saúde e as instituições do Concelho de forma a ser feito um levantamento dos casos que poderiam beneficiar do apoio social de apoio na aquisição de medicamentos, foi decidido avançar com o presente protocolo, que numa fase inicial será por um ano.

Referiu ainda que foram sinalizadas as quarenta e nove pessoas que poderão usufruir do apoio e nesse sentido vem para submeter a aprovação a adesão ao protocolo.

O **Vereador António Mota** disse esperar que o rendimento familiar fosse o principal motivo para que a pessoa possa usufruir do benefício.

O **Vereador Álvaro Ferreira** valorizou o protocolo e o serviço de proximidade que se iria fazer aos cidadãos mais carenciados.

Relativamente aos critérios utilizados para apurar os beneficiários da medida, referiu que se iria ser aprovado na presente data e nesse sentido questionou se os quarenta e nove beneficiários já apurados, referidos pela Vereadora Lília Ana Águas, se tinham obedecido aos critérios estipulados no protocolo, que está a votação.



Oliveira do Bairro câmara municipal

A **Vereadora Lília Ana Águas** esclareceu que apesar das condições de adesão constarem no protocolo que está em análise, teve que ser feito um estudo e um trabalho prévio para determinar o número de pessoas a necessitar do apoio. Disse que o trabalho tinha sido realizado pelas técnicas de ação social em parceria com o Centro de Saúde e com a rede de IPSS do Concelho de forma a perceber quais seriam os potenciais beneficiários que preenchiam os requisitos de apoio ao projeto. Acrescentou que houve vários requisitos a ter em conta, não só a questão comprovada da necessidade da toma diária da medicação, como também a realidade económica do agregado familiar e também situações de desemprego.

Deu nota que as pessoas que foram indicadas, eram situações que por vezes faziam a toma da medicação e forma alternada porque não têm capacidade financeira para suportar os custos da medicação.

O **Vereador António Mota** referiu que com o estudo que foi realizado, se poderia criar uma bolsa de informação e transmitir a mesma ao Presidente da Junta de Freguesia de Oiã no sentido de cumprimento de uma promessa eleitoral de comparticipação de medicamentos à terceira idade.

A **Vereadora Lília Ana Águas** disse que para si este era um assunto muito sério e que muito a satisfazia. Esclareceu que o apoio não era só para a terceira idade, havendo casos de crianças com doenças crónicas que iriam ser contempladas pelo presente apoio.

Mais disse que tudo o que eram projetos no âmbito da ação social, eram dados a conhecer a toda a população.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, estabelecer o Protocolo entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação Dignidade visando o desenvolvimento do programa abem: Rede Solidária do medicamento, nos termos da Informação/Proposta, n.º 158/2019, prestada pelo Serviço de Ação Social e Idade Maior, datada de 06 de dezembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 9 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELA DIVISÃO DE AMBIENTE, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS URBANOS – CONSUMO DE ÁGUA DO TANQUE DE ENCHIMENTO DE VIATURAS DE COMBATE A INCÊNDIO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e o Vereador António Mota.

O **Presidente da Câmara** disse ser uma prática a comparticipação do Município no enchimento das viaturas de combate a incêndios dos Bombeiros Voluntários, estando assim a apoiar não só os Bombeiros, mas também todos os Municípios.

O **Vereador António Mota** referiu que era nos momentos em que eram chamados a tomar deliberações do género que era recordada a utilidade e a funcionalidade das bocas de incêndio.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Alertou que era na época que se avizinhava que se deveriam testar e verificar a capacidade de funcionamento dessas infraestruturas, para que depois não venham a acusar a Câmara Municipal ou a ADRA de inoperância das bocas de incêndio quando os bombeiros necessitam tirar água das mesmas.

O **Presidente da Câmara** deu nota que se têm verificado alguns incêndios urbanos, com consequências diminutas no que diz respeito a malefícios humanos, mas com consequências materiais avultadas em alguns dos casos. Disse que os serviços têm acompanhado os Bombeiros nesses casos e sabem que os mesmos levam sempre grande quantidade de água, contudo era sempre solicitado aos bombeiros que testem as bocas de incêndio existentes.

Afirmou que existiam algumas particularidades de pressão, situação já amplamente discutida juntamente da ADRA e o aumento de pressão só seria possível se fossem colocados outros meios mecânicos que permitissem que isso acontecesse, particularmente nas zonas industriais onde poderia ser mais latente essa dificuldade.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência do montante de 1.610,99 € (mil e seiscentos e dez euros e noventa e nove cêntimos), com vista ao pagamento de despesas relativas ao consumo de água do Tanque de Enchimento de viaturas de combate a incêndios da Associação Humanitária dos Bombeiros de Oliveira do Bairro
.....

PONTO 10 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 424|2019, PRESTADA PELA UNIDADE DE HISTÓRIA, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE - SOLICITAÇÃO DO CAMPO DR. SANTOS PATO PARA A REALIZAÇÃO DE TREINOS E JOGOS

Por se declarar impedido, o Vereador Álvaro Ferreira, nos termos e ao abrigo do n.º 4 do art.º 24.º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na discussão e votação do presente assunto, declaração de impedimento que foi aceite pelo Presidente da Câmara.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara, e os Vereador António Mota e Rui Santos.

A **Vereadora Susana Martins** referiu que o espaço em questão estava a ser repartido entre duas associações e no passado mês de agosto foram ambas ouvidas, no sentido de perceber as necessidades de cada uma delas, tendo-se chegado à conclusão que havia a necessidade de ocupação do espaço em simultâneo. Face aos pedidos tentou-se chegar a acordo com as associações o que não foi de fácil consenso, tendo a Câmara que apresentar uma proposta às associações, proposta que está a ser presente a votação.

Acrescentou que se tentou atingir a equidade na distribuição do espaço entre as associações, face ao número de atletas de cada associação.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador António Mota** referiu que o espaço em questão se estava a tornar num ponto fulcral de incompatibilidade, de discordância, de litigância e de mau estar entre duas associações do Concelho de Oliveira do Bairro, ao ponto de não se ver pessoas da Mamarrosa, num jogo do Mamarrosa no campo de Bustos.....

Disse que não iria votar a favor do presente protocolo, porque não achava bem que o protocolo do ano de 2019 ainda não estivesse assinado, nem justificado nesta altura do ano, pensando que a situação se iria manter.

Mais disse que se a Câmara Municipal, perspetivasse um outro complemento ao protocolo com uma outra associação do Concelho no sentido de preencher alguns espaços ainda compreendia, mas conforme estava feito a litigância iria aumentar e tinha sérias dúvidas que o presente protocolo fosse assinado.

Afirmou que para si só haveria uma solução, que era a Câmara apresentar um protocolo, que não perspetivava grande investimento, referindo-se ao campo do Gorgolhão na Mamarrosa, estando perfeitamente compactado sem necessidades de grandes infraestruturas, sendo apenas necessário a aplicação de um sintético, podendo assim resolver-se alguma situação.

Disse haver necessidade de se pegar na questão e resolvê-la de uma vez por todas, porque estava a criar um ambiente de mau estar entre as duas vilas de Mamarrosa e Bustos.....

O **Vice-Presidente da Câmara** afirmou que muitas vezes, juntamente com a Vereadora Susana Martins, tentaram resolver a questão, reunindo com ambas as partes envolvidas, tentaram envolver outras associações e só perante a intransigência das pessoas era trazido o presente protocolo, que não era mais do que a continuidade do anterior.....

Referiu que tinha sido isso que tinha sido assumido pela Câmara Municipal que tomou a decisão última, no final do diálogo impossível porque as pessoas simplesmente estavam vincadas numa determinada posição e não pretendem ceder.....

O **Vereador Rui Santos** recordou que a sua intervenção no período antes da ordem do dia, era precisamente a referir-se a situações como a que estava a ser discutida, sendo um problema que existia há bastante tempo e que tinha que ser resolvido, porque não lucrava ninguém.....

Afirmou que iria votar favoravelmente, no pressuposto de que aquilo que tinha ouvido tanto da Vereadora Susana Martins como do Vice-Presidente da Câmara era a realidade e não houve proposta de nenhuma das partes que permitisse outra solução que não a que estava a ser apresentada, o que lamentava.....

O **Presidente da Câmara** afirmou que defendia que os equipamentos deviam estar ao dispor das coletividades e dos munícipes e o que se tem verificado é que os protocolos, têm sido muito fechados o que não permitia que o Município consiga utilizar os equipamentos que poderiam estar ao dispor. . Informou que durante as negociações também tinha tentado interceder, para que fosse possível



Oliveira do Bairro câmara municipal

utilizarem outros equipamentos.
Recordou que na Assembleia Municipal tinha referido que existia um pavilhão a poente que podia ser utilizado por mais associações, queiram elas que isso aconteça que o Município está ao dispor.
Disse que o Município e o Presidente da Câmara têm todo o interesse em fazer investimentos de uma forma faseada, em parceria com as associações, contudo é necessário que exista o equilíbrio para que depois os equipamentos não fiquem ao abandono, ou pelo contrário numa situação de bairrismo o equipamento seja ocupado por uma associação de tal forma que não permita que outra associação utilize o mesmo.....

O **Vereador António Mota** disse que na sua opinião ainda não tinham sido esgotadas todas as possibilidades para se encontrar um momento de tranquilidade entre os dois clubes, que disputam a mesma divisão, existindo um bairrismo que é salutar, contudo qualquer dia as pessoas que estão à frente dos clubes fartem-se e abandonam e os clubes deixam de existir.

Afirmou que se a Vereadora Susana Martins e o Vice-Presidente não tinham conseguido chegar ao um acordo, que tentasse o Presidente da Câmara e que envolvesse outras pessoas, se preciso fosse, para que chamem à razão os dirigentes de que as coisas têm que funcionar nos moldes referidos anteriormente.

Questionou o Presidente o porque não perspetivar a resolução do problema ao Mamarrosa, podendo ser uma solução, sendo importante para o Município criar esse investimento do que estar a provocar uma litigância que poderá ser um dos principais motores da desagregação das freguesias.

O **Presidente da Câmara** disse esperar que o problema se resolva a bem para todos e talvez os dirigentes das associações terão que ceder para que seja possível concretizar os investimentos, bem como outros apoios tão relevantes.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador António Mota o seguinte;

1.º - Autorizar a cedência do Campo Sintético Dr. Santos Pato, à União Desportiva de Bustos e ao Mamarrosa Futebol Clube, para os fins solicitados, durante a época desportiva 2019/2020, nos termos da Proposta/Proposta n.º 424/2019, prestada pela Unidade de História, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude, datada de 05 de dezembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

2.º - Aprovar a respetiva minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

3.º - Designar a Técnica Superior, Dr.ª Joana Soares como gestora do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

O **Presidente da Câmara** informa que a Vereadora Lília Ana Águas se iria ausentar da reunião, por motivos de representação do Município de Oliveira do Bairro em Lamballe.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 11 - E-MAIL DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO BAIRRO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRIBUNA VIP, EQUIPAMENTO DE SOM E BARREIRAS AMARELAS DE DELIMITAÇÃO DE TRÁFEGO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO “46.º ANIVERSÁRIO”, NO DIA 22 DE MARÇO DE 2020.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência de tribuna VIP, equipamento de som e 15 barreiras amarelas, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, no dia 22 de março de 2020, no âmbito das comemorações do 46.º aniversário da associação.

.....
PONTO 12 – E-MAIL DA ESCOLA BÁSICA DR. FERNANDO PEIXINHO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DA “FESTA DE NATAL”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 20 de dezembro de 2019 à Escola Básica Dr. Fernando Peixinho – Pré e 1.º CEB, para efeitos de realização de “Festa de Natal”.

.....
PONTO 13 – E-MAIL DA ADRAC-ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA, DO AMBIENTE E CULTURAL DO RÊGO, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DE GRADES E DIVERSA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, PARA OS DIAS 6 A 9 DE DEZEMBRO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE N.ª SR.ª DA CONCEIÇÃO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara de 26 de novembro de 2019, em que aprovou o pedido de cedência de barreiras e sinais de trânsito, à ADRAC – Associação Desportiva, Recreativa, do Ambiente e Cultural do Rêgo, para apoio à realização da festa em honra de Nossa Senhora da Conceição, que se realizou nos dias 6 a 9 de dezembro.

.....
PONTO 14 – E-MAIL DA UNIÃO FILARMÓNICA DO TROVISCAL, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DE ESTRADO, PARA O DIA 8 DE DEZEMBRO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO “30.º ANIVERSÁRIO” – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara de 3 de dezembro de 2019, em que aprovou o pedido de cedência do estrado, à União Filarmónica do Troviscal, para apoio à realização do 30.º aniversário da associação, que se realizou



Oliveira do Bairro câmara municipal

no dia 8 de dezembro.....

PONTO 15 – DESPACHO N.º 248 – MANDATO 2017/2021 DO PRESIDENTE DA CÂMARA – TOLERÂNCIA DE PONTO NO PERÍODO DE NATAL E ANO NOVO – PARA CONHECIMENTO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Despacho n.º 248 – Mandato 2017/2021, referente à Tolerância de Ponto no Período de Natal e Ano Novo.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **11 de dezembro** do ano de **2019**, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **1.492.988 Euros e 40 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **679.039 Euros e 67 Cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **2.171.978 Euros e 07 Cêntimos**

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas e quinze minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

Jorge Ferreira Pato

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas



Oliveira do Bairro câmara municipal

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos